



ARTIGOS - ARTICLES

O Pensamento Eugênico e a Imigração no Brasil (1929-1930)

Dayana de Oliveira Formiga¹
Professora do Departamento de História
Centro Adventista São Paulo (UNASP-EC)
dayof35@hotmail.com

Ana Beatriz Rodrigues de Paula²
Aluna de Esp.no Instituto Butantan
anabrdepaula@gmail.com

Charles Aparecido Silva Melo³
História Centro Univ.Adventista
charlesaparecidosilvamelo@hotmail.com

Como citar este artigo: FORMIGA, D. O., PAULA, A. B. R., MELO, C. A. S. “O Pensamento Eugênico e a Imigração no Brasil (1929-1930)”, *Intelligere, Revista de História Intelectual*, nº7, p. 75-96. 2019. Disponível em <<http://revistas.usp.br/revistaintelligere>>. Acesso em dd/mm/aaaa.

Resumo: Este artigo pretende realizar um estudo sobre o discurso eugênico no Brasil, explorando o conceito de imigração fortemente debatido pelo pensamento dos eugenistas brasileiros. O trabalho teve como objetivo a análise de duas fontes primárias: as Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929) e o Boletim de Eugenia (1929-1930) para analisar o que era pensado sobre a imigração. Discute o surgimento do movimento eugênico e a sua trajetória no panorama internacional com foco no seu desenvolvimento dentro da sociedade brasileira do início do século XX. Também serão explicadas algumas vertentes científicas que foram utilizadas no país pela eugenia. Em seguida, a pesquisa discorrerá sobre a história da imigração relacionando-a com as políticas raciais que os eugenistas brasileiros propunham, sobretudo com relação as discussões de Antônio José do Azevedo Amaral (1881-1942), apresentadas no Primeiro Congresso de Eugenia (1929). O estudo demonstra como o pensamento eugênico influenciou a intelectualidade nacional, promovendo uma série de propostas para as políticas públicas. Também reflete a preocupação dos intelectuais em investir em leis que barrassem a entrada de todos os indivíduos não-brancos - principalmente

¹ Dayana de Oliveira Formiga é mestra e doutora pela Universidade de São Paulo em História Social da Ciência e é Professora do Departamento de História do Centro Adventista São Paulo (UNASP-EC).

² Ana Beatriz Rodrigues de Paula é aluna de especialização do Instituto Butantan do curso História, Museologia e Divulgação da Ciência e da Saúde e possui Graduação em Licenciatura em História pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo, campus Engenheiro Coelho.

³ Charles Aparecido Silva Melo é professor da rede pública estadual de São Paulo e graduado em Licenciatura em História pelo Centro Universitário Adventista de São Paulo, campus Engenheiro Coelho.

negros e nipônicos - no país, justificando essa escolha no melhoramento e no progresso da nação brasileira.

Palavras-chave: Eugenia; Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929); Imigração; História da Ciência.

Eugenic Thought and Immigration in Brazil (1929-1930)

Abstract: This article intends to carry out a study about eugenics speech in Brazil, by exploring the immigration concept strongly discussed by Brazilian eugenics thoughts. The work aimed to analyse these two primary sources: The Proceedings and Works of the First Brazilian Congress of Eugenia (1929) and the Eugenics Bulletin (1929-1930) to analyse what was thought about the immigration. In the beginning will be discussed the emergence of eugenic movement and its trajectory in the international panorama with focus on your development within Brazilian society of the century XX. It will also be explained some scientific aspects that were used in the country by eugenics. Subsequently, the research will discourse about immigration history relating them to racial politics that the Brazilian eugenics proposed, especially with regard to Antônio José Azevedo Amaral's discussions (1881-1942), presented in the First Congress of Eugenia (1929). The study shows how the eugenics thought influenced the national intellectuality, promoting a series of proposals for the public politics. It also reflects the concern of the intellectuals to invest in laws that would make it impossible to all non-whites entrance – mainly the black ones and Japanese – in the country, justifying this choice in the improvement and in the progress of Brazilian nation.

Keywords: Eugenics; First Brazilian Congress of Eugenics (1929); Immigration; History of Science.

Introdução

O presente trabalho deseja apresentar uma investigação sobre o discurso eugênico no Brasil salientando o pensamento da intelectualidade do período, acerca da imigração. Desse modo, será traçado o desenvolvimento dessa ciência e sua difusão no país, para enfim poder ser compreendida a visão sobre o aspecto imigratório. Antes, porém, se faz necessário conhecer um pouco mais a respeito do movimento eugênico desde suas origens e propostas, até a posterior propagação para o mundo.

Ao longo da história, muitas observações foram feitas a partir da análise dos cruzamentos e das características hereditárias que os filhos herdavam de seus pais. Nesse sentido, em 1883 o matemático inglês Francis Galton (1822-1911), cunhou o termo “eugenia” que em grego significava

“bem-nascido” com o propósito de aplicar os pressupostos da teoria da seleção natural ao ser humano, e desenvolver uma ciência da hereditariedade que tinha o objetivo de identificar os melhores membros da sociedade para que estes se reproduzissem ou não (Del Cont, 2008).

Galton acreditava que o Estado deveria intervir na reprodução de pessoas que tivessem características degenerativas, como o alcoolismo, a prostituição, e até mesmo o sonambulismo e outros “vícios”, porque estaria em curso o fracasso racial, onde os indivíduos degenerados suplantariam os mais aptos, prejudicando assim, o desenvolvimento de uma sociedade (Del Cont, 2008).

Formiga (2007) enfatiza que nesse contexto de consolidação do movimento eugênico, aspectos políticos, sociais e econômicos estiveram envolvidos em suas premissas. Isso fortaleceu o acolhimento dessa ciência em diversos países e surgiu como justificativa para o controle dos problemas sociais modernos - pobreza, imigração e criminalidade, à medida que correspondia aos interesses de uma minoria elitizada.

No início do século XX, em países como a França e o Brasil, a eugenia possuía um aspecto “positivo”, pois defendia a puericultura com foco na saúde do indivíduo. Ela surgia como forma de priorizar a promoção da saúde coletiva ao invés de criar medidas de controle e aperfeiçoamento da raça. Em contraposição, no final de 1920 com o surgimento de políticas e leis raciais, a eugenia “negativa” ganhava mais simpatizantes ao impedir a reprodução dos degenerados e promover políticas de esterilização e controle racial, como o caso da Alemanha Nazista⁴ (Formiga, 2007).

A eugenia se consolida no Brasil nas primeiras décadas do século XX. Os intelectuais brasileiros “abraçaram” a ciência, especialmente a medicina e a própria eugenia, pois poderiam pensar em uma forma de reverter o “atraso” civilizacional do país e, assim, a eugenia representaria um projeto de aperfeiçoamento da nacionalidade e reposicionaria o Brasil no cenário internacional. A eugenia brasileira também foi influenciada pela situação racial do país, contexto o qual a intelectualidade brasileira em geral promoveu grandes discussões, sobretudo a respeito da imigração (Formiga, 2007).

⁴ Vale ressaltar que muito antes da Alemanha, países como os Estados Unidos e Suíça já haviam implantado políticas de esterilização em finais do século XIX.

Conforme Del Cont (2008) salienta, o movimento eugênico se estabeleceu num campo movediço que incorporava elementos científicos de velhas e novas teorias da Europa e EUA - como darwinismo, neolamarckismo, mendelismo entre outras. Dessa maneira, ao chegar no Brasil, a eugenia refletiu essa instabilidade.

Dada a contextualização oferecida, o trabalho tem como problemática discutir de que maneira se estabeleceram as relações entre eugenia e imigração no Brasil, sobretudo as teorias propagadas a respeito da questão racial dos imigrantes. Nesse sentido, o objetivo se pauta na investigação sobre o tipo de posição que os eugenistas brasileiros possuíam acerca da imigração, afim de compreender o pensamento desses intelectuais e da própria sociedade do período. Para o seu desenvolvimento e metodologia foram utilizadas pesquisas bibliográficas e fontes primárias, tais como as Actas do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929 e o Boletim de Eugenia (1929-1933), sendo esses últimos usados como recorte temporal.

Dessa forma, a primeira parte do artigo intenta mostrar o surgimento da eugenia no país e destacar a posição de alguns intelectuais sobre o movimento, bem como apresentar feitos significativos dessa ciência no país, como a criação do periódico Boletim de Eugenia (1929-1933) e a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929.

A segunda parte, aborda o desenvolvimento da imigração no país concomitante às políticas raciais e como a eugenia se estabeleceu no pensamento dos intelectuais, sobretudo nas discussões de Antônio José do Azevedo Amaral (1881-1942) que demonstravam uma preocupação com o ideal de melhoramento das condições de saúde da população e o progresso do país, tendo a imigração como um obstáculo. Desta forma, esta segunda parte irá refletir sobre o panorama do processo imigratório no Brasil desde meados do século XIX até a década de 1920 e 1930, onde houve uma fomentação de discussões eugênicas sobre a entrada de estrangeiros no país.

O movimento eugênico brasileiro

Desde a proposta eugênica de Galton de meados do século XIX, até a sua consolidação em diferentes sociedades, seus estudos assumiram diferentes faces e interpretações dependendo do local em que foram incorporados.

Entretanto é possível notar uma similaridade no que diz respeito ao interesse em padronizar uma raça⁵, por meio da identificação de características hereditárias refletidas no corpo e comportamento dos indivíduos. Essa perspectiva vai além de um pensamento individual e demonstra o interesse em construir uma sociedade homogênea, pautada em aspectos “estético-biológicos preocupados com beleza e feiura, pureza e contaminação” (Stepan, 2005, p. 149).

No Brasil, a concretização do movimento eugênico com a criação de organizações e sociedades, se dá após o final da Primeira Guerra Mundial. Antes disso, o país era alvo das análises de naturalistas, viajantes estrangeiros e outros teóricos preocupadas em refletir sobre o futuro do país e tratar dos “problemas raciais” aqui encontrados (Schwarcz, 1993).

“Em finais do século XIX o Brasil era apontado como um caso único e singular de extremada miscigenação racial” (Schwarcz, 1993, p. 15). Essa condição mestiça, pode ser percebida nos relatos do Conde Arthur de Gobineau (1816-1888)⁶ por exemplo, que considerava o Brasil um território “pernicioso à saúde”, onde a população era também considerada como assustadoramente feia e degenerada. Ele criticava a hibridização e justificava nela a impossibilidade de avanço do país (Goés, 2015).

A “feliz” mistura racial presente na sociedade brasileira atual, sinônimo de patriotismo e identidade nacional, nem sempre foi bem aceita no país. Conforme Schwarcz (1993) discorre, ao se posicionar em solo brasileiro os modelos raciais que condenavam o cruzamento racial vão sofrer uma adaptação, ainda que sutil, pois o Brasil sendo há muito tempo uma sociedade miscigenada, percebeu que os padrões raciais europeus não condiziam com a realidade local.

Além da miscigenação, Stepan (2005) explica que os acontecimentos políticos, econômicos e sociais que envolveram o período entre 1870 e 1914, contribuiriam significativamente para o desenvolvimento da eugenia brasileira e

⁵ O conceito de raça aqui utilizado, se refere a uma perspectiva construída histórica e socialmente que reflete os interesses das classes dominantes sob outros grupos.

⁶ Pensador e diplomata francês enviado ao Brasil para coletar informações acerca da composição racial a fim de explicar o desenvolvimento da sociedade a partir das relações entre as “raças”.

uma conseqüente ampliação da visibilidade desse movimento para as “áreas Latinas”⁷, sobretudo da América do Sul.

Durante esse período, o Brasil sofreu com:

O colapso final de uma sociedade escravocrata em 1888 [...] e a abertura do país à imigração europeia em grande escala. Politicamente o período viu a queda da Monarquia e a criação da República, em 1889. Economicamente, testemunhou o crescente envolvimento brasileiro no sistema capitalista mundial. [...] as conseqüências de tal desenvolvimento foram devastadoras – um crescimento distorcido e “dependente”, cujas manifestações sócias foram pobreza, distúrbios sociais e, no mais das vezes, crescimento em vez de decréscimo das desigualdades (Stepan, 2005, p. 46).

Nesse sentido, a sociedade se manteve altamente estratificada social e racialmente, e embora se auto intitulasse como república liberal, ainda era controlada por uma pequena parcela elitizada. De acordo com Goés (2015, p. 96) ainda que as teorias raciais tivessem sido adaptadas, esse panorama foi trazido para o século XX e caracterizou a eugenia aqui produzida como “expressão do pensamento conservador, espelhando-se no modelo do branco cristão e civilizado”.

Posteriormente no início do século XX se tornou cada vez mais comum o desemprego, analfabetismo, protestos políticos, greves, pobreza e a imigração, que acabam perpetuando a desorganização social e passaram a ser justificados pelos eugenistas como fatores que impediam o progresso da nação. É nesse contexto que nos anos de 1910 e 1920, os conceitos de Galton acerca da hereditariedade passaram a influenciar de fato os médicos brasileiros (Schwarcz, 1993).

O principal divulgador da eugenia no meio intelectual brasileiro, foi o médico Renato Kehl (1889-1874)⁸. Sua campanha era tão intensa que em 1918, ele fundou a Sociedade Eugênica de São Paulo, com o intuito de discutir a nacionalidade brasileira a partir do viés biológico e social. Essa agremiação se tornou um modelo de organização eugênica e contava com a participação de 140 membros. Contudo, no início da década de 1920, a Sociedade Eugênica de

⁷ “As áreas “latinas” (termo adotado pela Federação Internacional Latina de Sociedades Eugênicas, fundada em 1935 para referir-se à Itália, à França, à Bélgica e aos países latino-americanos)” (Stepan, 2005, p. 10).

⁸ Renato Ferraz Kehl foi um médico influente no pensamento eugênico brasileiro. Ele defendia que somente a eugenia podia solucionar os problemas sociais do Brasil, dessa forma passou a apoiar uma eugenia negativa. Kehl acreditava fortemente no fator da hereditariedade como decisivo para uma raça.

São Paulo deixou oficialmente de existir. Mas, ao estabelecer-se no Rio de Janeiro nos anos de 1920, Renato Kehl e simpatizantes, encontraram nas propostas sanitárias uma maneira de introduzir as ideias eugênicas.

Dessa forma, os eugenistas brasileiros desenvolveram uma “eugenia preventiva” que teve forte ligação com o projeto reformista proposto pelo movimento sanitarista. Essa aliança se consolidou na criação da Liga Brasileira de Higiene Mental, em 1923⁹. A preocupação dos teóricos estava relacionada com a convicção de que a maioria das doenças comuns à população pobre – tuberculose, sífilis, alcoolismo, doenças mentais -, tinham suas origens na hereditariedade, portanto deveriam ser combatidas a partir de uma política ancorada em preceitos eugênicos (Stepan, 2005).

Em contraposição com o que acontecia na Inglaterra através da implantação de modelos deterministas de eugenia weismaniana e mendeliana, na América Latina, em especial no Brasil, o movimento eugênico estava apoiado no neolamarckismo (Stepan, 2005). A perspectiva neolamarckista influenciou os eugenistas brasileiros, pois propunha a influência do meio social como fator ligado à hereditariedade.

Contudo, ainda que o mendelismo não fosse tão utilizado, houve muito debate entre os intelectuais que se interessavam por essa teoria, apoiada na inviabilidade de fatores externos para a modificação genética. Conforme Domingues (1942) explica, o meio não pode influenciar o que é transmitido hereditariamente, a fim de modificar efetivamente uma raça. Podem sim mudar características individualmente, porém elas não serão repassadas às futuras gerações. Dessa forma, medidas como a esterilização ou pena de morte seriam a melhor saída para adequar a população ao melhoramento eugênico.

Domingues (1942, p. 227-228) ainda insiste que apesar do esforço do meio exterior – em políticas higienistas ou educacionais, os atributos degenerativos ainda seriam transmitidos:

Um casal de débeis mentais, educado segundo os modernos recursos da pedagogia, e que se enriqueceu de conhecimentos superiores aos limitados pela sua própria capacidade intelectual inferior, não passará à sua descendência tal aperfeiçoamento, do

⁹ A Liga foi organizada pelo médico e psiquiatra Gustavo Riedel, e era subvencionada por recurso público e federal. Ela reuniu mais de 120 membros, sobretudo da classe média do Rio de Janeiro e seus objetivos seriam o de ampliar o debate sobre higiene mental e eugenia, assim como o saneamento e a higiene, controle da imigração, alcoolismo e doenças venéreas.

mesmo modo que um indivíduo de fina inteligência não procriará imbecis ou idiotas, se permanecer analfabeto.

Todavia, em uma sociedade que já se encontrava completamente miscigenada, era difícil apoiar uma análise tão inflexível como o mendelismo. Desse modo, o neolamarckismo foi utilizado em larga escala. Segundo essa concepção, com a influência do meio ambiente as degenerências poderiam ser evitadas e as características individuais se transformariam a tal ponto que somente as qualidades positivas seriam passadas hereditariamente para as futuras gerações. Por isso, teóricos notáveis como Roquette-Pinto (1884-1954)¹⁰ apoiavam esse tipo de pensamento e não viam na miscigenação um obstáculo, muito pelo contrário, eles acreditavam que com a crescente mistura racial, futuramente haveria um branqueamento total no país, devido a superioridade da raça branca sob as demais (Stepan, 2005).

Para Stepan (2005), as próprias fronteiras dos segmentos da eugenia não permaneciam bem delimitadas. Neolamarckistas e mendelianos conversavam entre si em busca de teorizar uma prática eugênica mais adequada ao histórico do país. Essa abordagem se intensificou sobretudo na segunda metade do século XX, quando os eugenistas começaram a ter mais conhecimento sobre as distinções do neolamarckismo latino e do mendelismo anglo-saxônico.

Diversos aspectos da sociedade foram repensados nesse contexto, como a imigração, a educação e o matrimônio. Para Renato Kehl, a educação eugênica específica, exerceria um papel importante na sociedade, pois faria transparecer as boas qualidades de cada indivíduo. Por meio dela tinha-se a intenção de conquistar o cenário político a fim de que as recomendações eugênicas estivessem amparadas pela Lei e despertassem uma “consciência eugênica” na população brasileira (Rocha, 2010).

Era preocupação da educação também, informar sobre a importância do casamento para perpetuação ou degeneração de uma raça. Nesse contexto muitos eugenistas defendiam a introdução de exames pré-nupciais, como forma de controle e de uma reprodução seletiva, pois apenas os indivíduos

¹⁰ Edgar Roquette-Pinto foi um médico e educador brasileiro que promovia uma eugenia “positiva” no Brasil. Diferentemente de Renato Kehl, este intelectual defendia a mestiçagem no melhoramento da nação.

hereditariamente aptos, poderiam perpetuar uma prole saudável, e assim, contribuir para a construção de uma nação homogênea (Stepan, 2005).

Conforme salienta Stepan (2005) no final da década de XX, muitos eugenistas substituíram a eugenia preventiva, a qual incentivava apenas a reprodução dos indivíduos adequados, por uma eugenia “negativa” que visava impedir a reprodução dos inadequados. Isso se deve às influências da eugenia americana e sobretudo a alemã, conhecidas por utilizar medidas extremas de melhoramento racial.

Pensando em métodos definitivos para a consolidação da “pureza racial”, o debate acerca do movimento eugênico começa a conquistar um espaço importante dentro e fora do país. Além da criação de instituições científicas preocupadas com as propostas eugênicas, outros meios foram consolidados pelo movimento, como o caso do primeiro veículo impresso de comunicação: o Boletim de Eugenia.

O Boletim foi um periódico mensal¹¹ de cunho eugênico publicado no Brasil entre os anos de 1929 e 1933. Organizado pelo Instituto Brasileiro de Eugenia e sob direção do médico Renato Kehl, o Boletim procurava ser um instrumento de propaganda da educação eugênica. Acreditava-se que com a difusão do periódico para a esfera pública, os problemas do país passariam a ser vistos como originários de um aspecto racial – como defendiam os eugenistas - à medida que o interesse pela promoção do movimento eugênico só aumentaria (Rocha, 2010).

Para Goés (2015) o Boletim teve uma alta repercussão e foi aclamado pelos principais jornais do país, como *O Estado de São Paulo*, *Correio da Manhã* e *Diário Nacional*. Além disso, o próprio periódico circulava dentro de uma revista médica de nome *Medicamenta*, o que ampliava a seu poder de circulação, sobretudo pela parcela intelectual da sociedade (Rocha, 2010).

Conforme um artigo de Kehl de nome “O nosso Artigo” que consta no primeiro Boletim de Eugenia, o documento tinha o intuito de produzir “pequenos artigos científicos” (Boletim de Eugenia, 1929). Rocha (2010) e Goés (2015) salientam que nos anos iniciais de publicação, eram encontrados

¹¹O periódico passa a ser publicado trimestralmente após a mudança da sede da Comissão Central Brasileira de Eugenia.

trabalhos nacionais e internacionais, pesquisas científicas e artigos que falavam sobre os mais variados assuntos. Por isso, é interessante enfatizar que o Boletim possibilitava a comunicação entre eugenistas do mundo todo, já que havia a tradução para a língua estrangeira.

Nesse sentido, os trabalhos que compunham o Boletim em sua maioria falavam sobre “[...] educação, imigração [sendo um dos mais polêmicos e discutidos assuntos], leis da hereditariedade, cultura nacional, casamento, doenças, classe social, entre outros” (Rocha, 2010, p. 36). A partir do ano de 1932, Renato Kehl passou a dividir a direção do Boletim com Octavio Domingues (1897-1972) e Salvador de Toledo Piza Junior (1898-1988), que simpatizavam com as ideias de Kehl acerca da eugenia e mais tarde escreveriam em larga escala sobre às leis de hereditariedade (Rocha, 2010).

Renato Kehl sempre esteve ligado com questões sanitaristas e de higiene racial. Em seu discurso, havia uma forte crítica às características culturais do país, onde ele relacionava a classe pobre como detentora da inferioridade social, das doenças e dos vícios da sociedade. Pode-se notar que a preocupação em eugenizar o país sempre foi muito debatida por ele, logo, trazida para páginas do Boletim e discutida também durante o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929 (Rocha, 2010).

Ocorrido no Rio de Janeiro no ano de 1929, o Congresso fez parte do centenário da Academia Nacional de Medicina, tendo como presidente Roquette-Pinto e Renato Kehl como secretário-geral. Conforme Stepan (2005) discute, o evento que se realizou entre os dias 1º a 7 de julho, reuniu cerca de duzentos profissionais de diversas linhagens da eugenia como autoridades sanitaristas, deputados, jornalistas e médicos clínicos. Contou também, com a participação de representantes de alguns países da América Latina, possibilitando assim, uma interação e troca de experiências aos diversos pensamentos eugênicos.

Muitos aspectos da problemática eugênica foram tratados naqueles dias, como por exemplo:

[...] casamento e eugenia; educação eugênica; proteção à “nacionalidade”; tipos raciais e eugenia; a importância dos arquivos genealógicos; imigração japonesa; campanhas antivenéreas; tóxicos e a eugenia; tratamento dos doentes mentais; educação sexual; e a proteção de crianças e mães (Stepan, 2005, p. 60).

O Congresso se preocupava em elaborar e efetivar uma política social pública no país, a fim de sanar os problemas eugênicos identificados no evento. Desse modo, foram organizadas propostas e aprovadas resoluções importantes que seriam levadas para o conhecimento do Estado. A proposta mais polêmica defendia uma política nacional de imigração que limitaria a entrada dos indivíduos ‘eugenicamente inadequados’ no Brasil, a partir de uma avaliação médica. Anos mais tarde a própria inclusão da eugenia na Constituição brasileira, durante o governo de Getúlio Vargas pode ser vista de um parâmetro privilegiado e evidencia o destaque que a noção de melhoramento racial envolvia o discurso político do Brasil moderno (Stepan, 2005).

A realização de um congresso desse porte, reflete os interesses da classe elitizada do país. O pensamento quanto à composição do “povo brasileiro”, recuperação e melhoramento da raça e os problemas sociais que atrapalhavam o avanço da nação, eram o centro das preocupações e fomentavam os debates dos eugenistas.

Eugenia e imigração: uma análise do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia e do Boletim de Eugenia

Dentre os temas com os quais o movimento eugênico se preocupava estava o problema da imigração no Brasil. Para a eugenia, refletir sobre os males da imigração, assim como enaltecer a entrada de indivíduos ideais no país e introduzir suas proposições nas políticas imigratórias, fortaleceria a nação. Contudo, antes de analisar o discurso dos eugenistas brasileiros acerca da imigração, será necessário fazer um breve histórico do processo imigratório no Brasil e o debate sobre raça a partir do século XIX.

Nas primeiras décadas do século XIX, a imigração se tornou um amplo processo civilizatório e a forma mais racional para ocupação de terras livres no Brasil. Após o tráfico negreiro, a imigração também tinha como objetivo a substituição da mão de obra negra pela europeia (Rebello, 2007). Segundo Seyferth (2002), a questão racial esteve relacionada aos projetos de imigração neste período, mas o racismo era menos evidente nas leis e decretos, estando mais explícito na discussão política imigratória.

A noção de imigrante ideal para a colonização esteve atrelada ao determinante biológico que pressupunha a superioridade europeia. De acordo com Andrade (2013), os brancos eram considerados como os únicos capazes de contribuir para a construção de uma sociedade civilizada. Tendo em mente que a sociedade brasileira em meados do século XIX, era considerada pelas elites como fadada ao atraso social, político e econômico devido à miscigenação.

As primeiras iniciativas de colonização no século XIX buscavam, sobretudo no Sul do Brasil, a vinda de alemães. As regras de admissão de estrangeiros definiam como imigrante ideal o agricultor branco que emigrava em família, excluindo por exemplo, o africano que era considerado “bárbaro”. A partir de 1850, quando se dá a promulgação da Lei de Terras, há uma intensificação de colônias. Apesar da maioria ser constituída por alemães, havia um pequeno número de poloneses, noruegueses, suecos, suíços, irlandeses e franceses, que eram orientados a colonizar especialmente Santa Catarina e o Rio Grande do Sul. Mais tarde, em 1870, começa a imigração italiana na Serra Gaúcha e no sul de Santa Catarina. Dessa forma, entende-se que a imigração europeia iria produzir um tipo brasileiro branco, porque, apesar do caráter mestiço da nação, esse fenômeno iria se dissipar com o tempo (Seyferth, 2002).

Skidmore (2012) esclarece que nos últimos anos do período Imperial no Brasil e início da República, o ideal de branqueamento se junta ao liberalismo econômico e político. Os republicanos acreditavam que o uso de mão de obra importada da Europa contribuiria para o desenvolvimento econômico. Este ideal econômico que estava relacionado ao ideal racial esteve mais presente na província de São Paulo, porque o crescimento econômico resultante do trabalho com o café necessitaria de mais trabalhadores. O autor ainda expõe que:

No fim do Império, os plantadores de café sabiam que a escravatura estava ameaçada e que, em seus últimos anos como instituição legal, não conseguiria satisfazer a necessidade de mão de obra agrícola nas lavouras cafeeiras [...]. Tratando-se de homens práticos que previam os grandes lucros que ainda poderiam ser obtidos com as exportações de café, eles queriam os imigrantes antes de mais nada como força de trabalho, cuja contribuição étnica para a população brasileira seria um subproduto bem-vindo (Skidmore, 2012, p. 201-202).

Na passagem do período Imperial para a República, desenvolveu-se o projeto de construção da identidade nacional e a imigração foi um tema muito debatido. Rebelo (2007) explica que as discussões tentavam chegar na conclusão de quem seria o imigrante que melhor se assimilaria no Brasil. Em 1887, aproximadamente 56 mil imigrantes chegaram ao Brasil, porém esses números decresceram ao longo dos anos. No entanto, isso muda em 1914, quando em torno de 2,7 milhões de estrangeiros entraram no território. Mais da metade ficou no estado de São Paulo, sendo que o maior número de indivíduos chegava da Itália, seguidos de portugueses e espanhóis (Skidmore, 2012).

Geraldo (2007) também aponta que a intensa imigração que ocorreu entre 1880 e 1920 alimentou a crença do branqueamento. Contudo, não eram só os negros, mestiços e amarelos que tinham problemas na imigração. Dentre os brancos, haviam também os considerados inaptos para entrarem no Brasil. Os indesejáveis eram os desordeiros, portadores de doenças contagiosas, inválidos, velhos, etc. Além disso, é possível saber que ciganos, ativistas políticos, apátridas, refugiados, chineses, negros e hindus também eram listados como indesejáveis (Seyferth, 2002; Andrade, 2013). A partir de 1920, surge a Lei dos Indesejáveis, de caráter não só policial, mas também médico. O Departamento Nacional de Saúde Pública começou a fazer inspeções nos portos a partir de métodos higienistas no momento de desembarque (Rebelo, 2007).

Como já discutido, é também a partir da década de 1920 que se dá o fortalecimento da eugenia no Brasil. Ademais, é entre 1920 e 1940 que imigração e eugenia se tornam os temas que envolviam as discussões sobre a formação da nação brasileira. Mas, no período de 1920, o discurso eugênico possuía um caráter mais relativo à reforma sanitária do que no campo da genética, havendo o favorecimento da teoria neolamarckista. Com isso, o higienismo marcou o início da eugenia no Brasil. Isso significa que a influência do meio tinha preponderância nas análises eugênicas sobre raça. Inclusive, com a fundação da Liga Brasileira de Higiene Mental em 1923, foi possível a aproximação da elite que compunha a psiquiatria nacional, como médicos, educadores, juristas e intelectuais, que discutiam o “aprimoramento racial” e a

questão imigratória em total consonância com medidas de ordens eugênicas (Geraldo, 2007).

Rebello (2007) explica a noção de imigração para o movimento eugênico brasileiro quando este se propunha a analisar a questão sob a ótica neolamarckista:

Através de um processo de caldeamento, devo dizer, dentro da chave lamareckiana, o elemento branco e seus “bons” caracteres triunfaria dentro da população, mas também os caracteres “bons” dos negros, como a resistência a certas doenças tropicais eram bem-vindos, numa nova concepção de miscigenação. Esta não levaria a uma degeneração da raça, mas a uma melhora. A imigração passa a ser entendida, então, como corolário de um projeto de civilização para o país (Rebello, 2007, p. 173).

Renato Kehl (1929, *apud* Geraldo, 2007) também fez proposições sobre imigração em seus trabalhos de eugenia. Em seu livro, “Lições de Eugenia”, publicado em 1929, Kehl propôs a elaboração de uma regulamentação da imigração que fosse estabelecida através de testes mentais. Mas, além disso, a vinda de imigrantes brancos da Europa iria contribuir para o branqueamento da população brasileira através da miscigenação, que iria, gradativamente, suplantando o número dos considerados degenerados, ou seja, os não-brancos. Kehl (1929) dá ênfase na imigração de japoneses e condena o investimento a entrada de trabalhadores nipônicos, porque:

Considerando que nesse período não existia tal grande quantidade de imigração negra, resta o crescente ingresso de japoneses, em ação desde 1908. Em 1928, a imigração japonesa havia alcançado a cifra de 11.169 indivíduos, número superior ao de nacionalidades como italianos, espanhóis e alemães (Geraldo, 2007, p. 15).

Dentre as discussões mais polêmicas sobre a imigração na esfera do movimento eugênico, está o estudo “O Problema Eugênico da Imigração” do médico e jornalista Antônio José do Azevedo Amaral (1881-1942) no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929, realizado no Anfiteatro de Química da Faculdade de Medicina (Rio de Janeiro, 1929). Era importante discutir o tema da imigração no Congresso, pois, este fenômeno poderia ser frustrante devido sua “contaminação” em relação às conquistas da ciência que haviam obtido em favor do aprimoramento racial no Brasil (Andrade, 2013).

Geraldo (2007) explica em sua tese que Azevedo do Amaral formou-se em medicina, mas quis se dedicar ao jornalismo político. Atuou em diversos

jornais, como o *Correio da Manhã*, *A Notícia*, *Gazeta de Notícias*, *Jornal do Comércio* e *O País*. Ele defendeu em seu primeiro livro, “Ensaio Brasileiro”, a constituição de um Estado autoritário e intervencionista, tendo se tornado, segundo a autora, um apologista do Estado Novo.

No seu estudo “O Problema Eugênico da Imigração” realizado no Congresso, Amaral (1929) expressa que o primeiro problema da imigração está na questão racial. Também é perceptível que sua posição sobre a humanidade é que ela tenha uma origem poligênica. Isso significa que na origem da vida humana as raças existentes surgiram separadamente. Mas estavam para ele, misturadas, disfarçadas pela mestiçagem, com exceção de alguns que ainda se conservavam puros. Desse modo, o problema do Brasil não seria selecionar grupos étnicos, mas formar uma raça nacional através de uma seleção sistemática dos membros da elite do próprio país e seleção daqueles que fossem trazidos de outras nações.

Azevedo Amaral (1929) é contra a ideia de abrir as fronteiras internacionais a qualquer tipo de imigração sem um tipo de seleção eugênica, pois, isso concorre a uma ilusão: a de que haverá um caldeamento étnico. Sua posição teórica acerca da hereditariedade difere daquelas opiniões que circundavam os debates eugênicos no início do movimento no Brasil, sua conclusão é a de que o meio não pode trazer bons resultados raciais, mas que o processo seletivo dos elementos eugênicos (bons) dos disgênicos (ruins) vai competir a vitória de um ou de outro dependendo do número de indivíduos que facilitarem sua ocorrência. Neste trecho ele deixa bem claro sua posição sobre a hereditariedade:

Creemos que, no estado actual dos conhecimentos biológicos, pode-se com desassombro aceitar, como preferível, a ideia da permanência dos caracteres hereditários e da evolução por um exclusivo processo selectivo. Mas, apresentando esta these a uma secção sociológica de um congresso de eugenia, temos o dever de procurar, principalmente, nos factos e nos ensinamentos da sociologia as demonstrações por ella abundantemente fornecidas em apoio da doutrina biológica que contesta a influência modificadora do meio sobre a raça, negando a transmissibilidade dos caracteres adquiridos (Amaral, 1929, p. 330).

Ao avançar em sua palestra, o eugenista defende que é necessário escolher indivíduos com elementos eugênicos positivos não só no plano físico, mas também no mental. Na história do Brasil, devido a sua necessidade de avanço econômico, a política imigratória fez com que trouxessem mão de obra

especialmente para a lavoura. Mas isso não é correto do ponto de vista eugênico, pois a robustez não é suficiente para o melhoramento racial da nação, tendo em vista que é necessário escolher aqueles com elementos eugênicos satisfatórios mentalmente.

Uma das soluções apresentadas por Azevedo Amaral (1929) em seu trabalho sobre “O Problema Eugénico da Imigração” é a aplicação de testes que poderiam se tornar valiosas fontes de informações sobre os possíveis imigrantes, como já se faziam nos Estados Unidos da América. No entanto, o eugenista também apoia um cuidado com a entrada de europeus de raça branca no Brasil. Os estudos científicos realizados nos Estados Unidos que Azevedo Amaral (1929) utilizou como argumento no Congresso, apontaram que italianos e habitantes da Península Ibérica não são os melhores imigrantes, pois diminuiriam ainda mais o nível intelectual da nação, apesar destes terem sido aqueles a que mais a política imigratória brasileira recorreu. Segundo os testes demonstrados pelo autor, poloneses e russos seriam piores ainda. Escandinavos e alemães seriam os imigrantes mais ideais a partir do seu ponto de vista. No entanto, ele apoia uma seleção mais rigorosa, no sentido de que a nação deveria fazer uma busca individual, pois, apesar da categoria nacional ser positiva, pode haver habitantes destas nações com características disgênicas que entrariam juntos no país.

A formação nacional do Brasil orienta-se, segundo Azevedo Amaral (1929), no sentido europeu. Dessa forma, apesar da contribuição numérica de negros na composição étnica brasileira, não se deve aceitar a imigração destes. Neste trecho de seu estudo encontrado nas Actas e Trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929, isso fica mais evidente:

[...] não devemos, é claro, esquecer que os elementos emigratórios, cuja entrada no país pode ser tolerada, devem pertencer exclusivamente à raça branca. Embora a nossa formação nacional tenha sido em grande parte conseguida pela contribuição de um vasto elemento africano – o índio representou papel relativamente secundário na composição étnica brasileira – seria inadmissível que consentíssemos na entrada de imigrantes de raça negra. A nossa finalidade nacional orienta-se no sentido da elaboração de uma civilização do tipo europeu e para atingir esse objectivo temos necessidade de não agravar, com o accrescimento de elementos étnicos à raça branca, a desvantajosa posição em que nos encontramos no continente, em relação a outros povos mais immune do que nós da mistura de raças coloridas (Amaral, 1929, p. 335-336).

Mas os estudos de Geraldo (2007) e Andrade (2013) esclarecem que também é possível encontrar nas Actas e Trabalhos a reação de outros eugenistas em face da posição de Azevedo Amaral (1929). Quando este último resolveu concluir seu trabalho, fez uma série de proposições a serem seguidas, sugerindo o envio destas para o Presidente da República, governadores de Estado e ao Congresso Nacional. Mas a última proposta do autor foi a que mais causou polêmica no Congresso. O eugenista defendeu a ideia de que não-brancos em geral fossem proibidos de entrar no Brasil.

A reação negativa que mais foi apontada nos estudos de Geraldo (2007) e Andrade (2013) é a do antropólogo Roquette-Pinto, que era o então presidente do Congresso. Ele defendia que o progresso do país fora construído pela gente mestiça, tachados de inferiores. Sua posição também aderiu a ideia de que o problema estava na situação da saúde, levando isso ao nível do higienismo. Mas além dessa reação, o Congresso pôs em voto a última proposição de Azevedo Amaral duas vezes, resultando no seu fracasso.

Durante os anos de 1929 e 1930, o Boletim de Eugenia também abordou o tema imigração. O Boletim número 8 (p. 5), que foi publicado em agosto de 1929, abordou em um pequeno texto intitulado “Immigração e Eugenia”, a opinião de Medeiros e Albuquerque sobre um livro do cônsul Dr. Gabriel de Andrade¹², que trazia uma reflexão sobre o problema da imigração. Neste número, a edição procurou trazer o texto sobre imigração já publicado no *Jornal do Comércio*.

Medeiros e Albuquerque iniciam falando do contexto histórico da imigração no Brasil e compara com a imigração ocorrida nos Estados Unidos, que fora o tema do livro do Dr. Gabriel de Andrade. Sua crítica é a de que na América do Norte esse fenômeno obteve mais sucesso que aqui, porque o Brasil havia deixado ingressar um grande número de estrangeiros criminosos. Também aprecia o fato de que nos Estados Unidos houveram várias leis que permitiam a pena de morte para muitos desses criminosos, e ao final da matéria questiona se no Brasil iria haver um dia uma lei que estivesse de acordo com os interesses da nacionalidade do país.

¹² O Boletim de Eugenia número 8 (1929) não cita o nome do livro do cônsul Dr. Gabriel de Andrade.

Nota-se que mais uma vez a etnia “amarela” foi tema dos eugenistas sobre a imigração. Em setembro de 1929, o Boletim número 9 (p. 3) trouxe um pequeno texto chamado “A Academia Nacional e os Imigrantes Japonezes”, onde constava a posição da Academia Nacional de Medicina acerca da imigração de japoneses. Sua justificativa era de que os “aborígenes da Ásia” são inassimiláveis no Ocidente, porque possuíam “diferenças fundamentaes de religião, de língua, de indole e de costumes”.

Neste mesmo texto, a Academia parabenizava as leis que foram inseridas na legislação brasileira no que diz respeito a imigração, especialmente a comissão de Agricultura e Indústria da Câmara dos Deputados. Em 1923, esta comissão havia emendado um projeto de número 291 que visava a redução anual do número de imigrantes asiáticos, mas também cinco por cento dos que habitavam os estados brasileiros. Isso acontece porque durante o período de 1920, a imigração japonesa se intensificou no Brasil, fato que não acontece com os negros, assim, a raça nipônica se tornava o mais preocupante problema da eugenia.

O número 11 do Boletim de Eugenia (1929) também publicou dois textos que pensavam a questão da imigração, avaliada sempre como um problema a se enfrentar em nome da nação. No primeiro texto, intitulado “A Emigração Japoneza para o Brasil” (p. 2), nota-se que mais uma vez a imigração nipônica foi alvo das críticas do movimento eugênico. Dessa vez o Boletim havia proporcionado aos leitores uma série de números que mostravam o aumento desses imigrantes ao Brasil e a “ameaça” desse povo entrarem no país em maior quantidade no ano de 1929.

Segundo uma investigação da Companhia Ultramarina, que monopoliza o serviço de emigração, o Japão enviou ao Brasil até 1918, 21.143 emigrantes. Nesse anno, a companhia iniciou a sua actividade, e desde então, o total annual de emigrantes cresceu da maneira seguinte: Até 1918, 21.143; em 1918, 4.332; em 1919, 2.158; em 1920, 810; em 1921, 923; em 1922, 965; em 1923, 891; em 1924, 3.705; em 1925, 4.638; em 1926, 8.192; em 1927, 9.152; em 1928, 11.231; em 1929, (calculo) 14.000 (Boletim de Eugenia, 1929, p. 2).

O segundo texto, “O Problema Immigratorio e o Futuro do Brasil” (p. 3), foi fruto de um resumo da conferência no Rotary Club de São Paulo feita pelo Sr. Antonio de Queiroz Telles. Também cita a imigração japonesa, mas seu conteúdo está mais relacionado à história da imigração no estado de São

Paulo, onde a região foi elogiada por não ter cometido grandes erros de aceitação de imigrantes na região. Depois de citar sobre o erro da inserção de africanos e sua mescla com o índio, a matéria abordou que os paulistas desde meados do século XIX escolheram raças que obtinham elementos mais fáceis de assimilação, como os italianos, e foram admirados pela introdução de um grande contingente de arianos.

Em 1930, o nº 19 do Boletim também traz uma reflexão destacando a imigração amarela em um texto curto da página 5. A publicação traz um estudo de Jimenez López que fez um trabalho detalhado do resultado da imigração japonesa. Considerou-se na sua pesquisa os caracteres morfológicos, psicológicos e patológicos do que foi chamado de “problema”. A conclusão de López (1930, p. 5) é a de que o japonês “não apresenta um organismo adequado para povoar e trabalhar nos climas quentes”. Para justificar mais seus estudos, ele também cita que a Bahia e o Iguape fracassaram na colonização de japoneses em suas regiões, sobretudo porque esta raça era mais suscetível ao impaludismo, o mesmo que malária.

Conclusões Finais

Este trabalho desejou investigar a trajetória do movimento eugênico no Brasil e suas hipóteses acerca da imigração. Para isso, aliada à bibliografia especializada no tema eugenia, estabeleceu-se como foco de análise os trabalhos do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929, com especial atenção para o texto de Azevedo Amaral, “O problema eugenico da imigração”, assim como o estudo do Boletim de Eugenia entre os anos de 1929 e 1930. A partir disso, esta pesquisa tencionou encontrar o que os eugenistas brasileiros pensavam sobre a imigração.

Os eugenistas defendiam a ideia de que as qualidades raciais das futuras gerações dependeriam de um controle social que visasse o melhoramento da espécie humana. Para isso, desenvolveram diversos métodos que tentassem impedir que “maus elementos” se reproduzissem, sobretudo indivíduos de raça negra. Entre os diversos temas que se propunham a estudar, um dos mais comentados era a imigração. Seus ideais de branqueamento estavam explícitos nos textos que apresentaram e publicaram no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929 e no Boletim de Eugenia, traçando uma série de críticas sobre

quem seriam os bons e os maus elementos aptos ou não para entrarem no Brasil. Seus propósitos tinham total relação com as noções nacionalistas do país em voga entre a elite liberal.

No Congresso, um dos estudos mais polêmicos abordados nesta pesquisa foi o de Azevedo Amaral sobre a imigração. Sua posição teórica não admitia que o meio influenciasse na qualidade da raça, mas somente a seleção genética poderia melhorar a hereditariedade, divergindo de outros eugenistas que admitiam que o problema racial era mais uma questão de higiene. Com isso, foi direto, e tencionou enviar para os órgãos políticos nacionais a proposta eugênica que impediria a entrada de qualquer indivíduo não branco no país. Nas duas votações que os membros do Congresso elaboraram, essa proposta não foi aceita pela maioria.

Mas também foi encontrado entre os anos de 1929 e 1930 no Boletim de Eugenia, vários textos que se debruçavam sobre a questão da imigração. Em sua maioria, os eugenistas se preocuparam com um dos movimentos migratórios mais intensos de seu contexto histórico, a imigração de japoneses. Apesar do grande número de italianos, alemães, portugueses e espanhóis que ingressaram no país, sobretudo no estado de São Paulo a partir do início do século XX, os japoneses, ou também chamados ora de amarelos ora de nipônicos, foram alvo de muitas críticas. Os eugenistas não admitiam que este povo se assimilasse na nação. O mais consistente em sua crítica, Jimenez López (Boletim de Eugenia, 1930, nº 19), apontava em seu estudo que os japoneses não possuíam um organismo adaptável ao clima do Brasil, além de serem mais suscetíveis à malária. Dessa forma, a entrada de imigrantes amarelos no país não contribuiria para o desenvolvimento da nação que estava sendo construída com base nos ideais de branqueamento e desenvolvimento econômico.

Entretanto, com base no objetivo social deste trabalho, entende-se que essas ideias discriminatórias não ficaram restritas ao passado, elas se espalharam pela sociedade de diversas formas. Dessa maneira, compreender os discursos racistas e discriminatórios desenvolvidos pela eugenia no Brasil, se torna uma das maneiras de buscar uma reflexão crítica de denúncia sobre a tentativa de legitimação de medidas de exclusão racial que implicaram em comportamentos sociais cotidianos no país. A imigração ainda é um fenômeno

comum no mundo, e os problemas que envolvem esta questão perpassam pela esfera da intolerância.

Referências bibliográficas

AMARAL, Antônio José Azevedo. O problema eugenico da imigração. In: *Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia*, 1929. Actas e Trabalhos, Rio de Janeiro, 1929, v. 1, p. 327-340.

ANDRADE, Rosâny Espírito Santo. Azevedo Amaral no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia: a imigração para purgar as “degenerescências” do povo brasileiro (Rio de Janeiro, 1929). *Revista UNLABEU*, Belford Roxo, RJ, v. 6, n. 14, p. 46-62, 2013. Disponível em: http://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/958/pdf_31. Acesso em: 05 ago. 2017.

Boletim de Eugenia, Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Eugenia, 1929-1930. Mensal.

Del Cont, Valdeir Donizete. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. *Scientiae Studia*, São Paulo, SP, v. 6, n. 2, p. 201-218, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1678-31662008000200004. Acesso em 05 ago. 2017.

DOMINGUES, Octavio. *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios* (Em cinco lições). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942.

FORMIGA, Dayana de Oliveira. *A escola de genética Dreyfus-Dobzhansky: a institucionalização da genética na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1956)*. São Paulo, 2007. 115f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03032008-140341/pt-br.php>. Acesso em: 05 ago. 2017.

GERALDO, Endrica. *O “perigo alienígena”: política imigratória e pensamento racial no governo Vargas (1930-1945)*. Campinas, 2007. 241f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. Disponível em: http://repositorio.unicamp.br/xmlui/bitstream/handle/REPOSIP/280760/Geraldo_Endrica_D.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 05 ago. 2017.

GÓES, Weber Lopes. *Racismo, eugenia no pensamento conservador brasileiro: a proposta de povo em Renato Kehl*. Marília, 2015. 276f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Marília, 2015. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/124368/000837627.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 05 ago. 2017.

Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia, 1929, Rio de Janeiro. Actas e Trabalhos. Rio de Janeiro, 1929, v. 1.

REBELO, Fernanda. Raça, clima e imigração no pensamento social brasileiro na virada do século XIX para o XX. *Filosofia e História da Biologia*, São Paulo, SP, v. 2, p. 159-177, 2007. Disponível em: <http://www.abfhib.org/FHB/FHB-02/FHB-v02-10-Fernanda-Rebelo.pdf>. Acesso em: 08 set. 2017.

ROCHA, Simone. *Eugenia no Brasil: análise do discurso “científico” no Boletim de Eugenia: 1929-1933*. São Paulo, 2010. 112f. Tese (Doutorado em História da Ciência) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/13240/1/Simone%20Rocha.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SEYFERTH, Giralda. Colonização, imigração e a questão racial no Brasil. *Revista USP*, São Paulo, SP, n. 53, p. 117-149, 2002. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/33192/35930>. Acesso em: 05 ago. 2017.

SKIDMORE, Thomas. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1939)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

STEPAN, Nancy Leys. *A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005.